



## ATA JUNHO/2023 – REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER – PETRÓPOLIS/RJ

Ata da Reunião Ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, realizada no dia 22 de junho de 2023, às 18h, no Auditório da Casa dos Conselhos Augusto Ângelo Zanatta, situado à Avenida Koeler, 260 - Centro, Petrópolis, RJ.

1 Aos vinte e dois dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e três, às dezoito  
2 horas, reuniu-se o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, convocado por  
3 meio do Diário Oficial nº 6689, de vinte e três de junho de dois mil e vinte e três,  
4 com nota de omissão do Diário Oficial nº 6685 de dezenove de junho de dois mil  
5 e vinte e três, no Auditório da Casa dos Conselhos Augusto Ângelo Zanatta,  
6 Centro de Petrópolis. Com a presença das senhoras conselheiras: ADRIANA  
7 PEREIRA DA CUNHA DE MENDONÇA SALIM, ANDREA VIEIRA AREAS,  
8 ÂNGELA MARIA ARAÚJO DE ALCÂNTARA, AUREA GONÇALVES DA SILVA,  
9 AYANE ROCHA DE SOUZA, CARLA MARIA DE ANDRADE FREITAS BRITO,  
10 CLAUDIA RESPEITA DA MOTTA, CRISTIANE NOGUEIRA MONTEIRO,  
11 FLÁVIA VALADARES DE ARAUJO, JOANA DARQUE BRAGA ALBINO,  
12 KAROLINE VICTÓRIA CERQUEIRA DOS SANTOS, LETÍCIA RODRIGUES  
13 PLÍNIO, LORENA RODRIGUES RIVELLO, MARCIA SCHANUEL BASTOS,  
14 MARIA DE FÁTIMA DA SILVA, MARIA ISABEL LOPES DA COSTA, MICHELE  
15 DO VALLE HOELZ, MÔNICA MARIA MACHADO CHAVES, ROBERTA  
16 APARECIDA DA SILVA LIMA, ROSEMERE DE PAULA MACEDO CARVALHO,  
17 SHIRLEI SOUZA RAMOS, SIMONE IZIDIO CESÁRIO GARRIDO, THAIS  
18 JUSTEN GOMES, VERÔNICA FRANCISCO MARCOLINO, VIVIANE  
19 MARQUES DE MENEZES FIDELIS. Também estavam presentes, Adriano Silva,  
20 Ana Caroline Nunes dos Santos, Andrea Schmitz, Bárbara de Araújo, Carla Lucia  
21 Cavalcante, Cleonice Fernandes dos Santos, Daniela Freitas Barboza, Fernanda  
22 Alcântara, Julia Casamasso Mattoso, Karine Vieira de Almeida, Kathlen Feitosa,  
23 Livia Miranda, Lorena Lopes Baptista, Magali Artis, Maria Carolina Alcântara,  
24 Maria Eduarda Collins da Silva, Nicolle Pires Kreisler, Rosângela Stunpf de  
25 Lima, Taise Marques Stunpf e Taynara Cristina da Silva Pereira Rosa. A reunião  
26 teve como pauta publicada: 1) Aprovação da Atas anteriores; 2) Situação da  
27 gestante cobradora de ônibus, colaboradora da empresa TURP; 3)  
28 Apresentação do projeto Elas na Serra; 4) Crachá de identificação para as  
29 conselheiras; 5) Comissão Temporária para os eventos no mês de agosto

30 (Agosto Lilás); 6) Assuntos Gerais; 7) Definição da pauta da próxima reunião  
31 ordinária, sem prejuízo de inclusões posteriores que se fizerem necessárias. A  
32 Presidente Luciane Martins Bessa Bomtempo, justificou sua ausência, através  
33 de sua suplente, pois estava cumprindo agenda do gabinete no mesmo horário.  
34 A conselheira Luciana Aparecida Alves Blatt e sua suplente Maria Da Graça  
35 Gonçalves Lima, justificaram suas ausências, via whatsapp, por terem outro  
36 compromisso no mesmo horário. A Conselheira Maria Cristina Dos Santos Silva,  
37 justificou sua ausência, via whatsapp, pois estava na organização da Ecosol na  
38 praça da Águia. A Conselheira Marise Margarida Brand, justificou sua ausência  
39 via whatsapp, pois estava trabalhando, justificando também que, sua suplente  
40 Sonia Cristina Da Silva Furtado, estava na reunião de outro conselho no mesmo  
41 horário. A Conselheira Maria De Lourdes Thomaz De Souza, justificou sua  
42 ausência, por problemas de saúde e sua suplente, Cintia Maria Da Silva,  
43 justificou sua ausência, por um imprevisto inesperado. A Conselheira Rosina  
44 Bezerra De Mello Santos Rocha, justificou sua ausência por já existir  
45 compromisso no mesmo horário e sua suplente, Mariza Alves De Faria, também  
46 justificou sua ausência via whatsapp. A Conselheira Elsie Elen Loureiro De  
47 Carvalho, justificou sua ausência via whatsapp. A Conselheira Maria Auxiliadora  
48 Pires Ribeiro, justificou sua ausência, por problemas de saúde. A Vice-  
49 Presidente Viviane Marques deu início à reunião às dezoito horas e trinta  
50 minutos, em segunda chamada, após cumprimentar e agradecer a presença de  
51 todos. Como primeiro ponto de pauta, A Vice-Presidente Viviane Marques  
52 colocou em votação a aprovação das atas dos meses de março, abril e maio. A  
53 vice-presidente Viviane Marques perguntou se as conselheiras concordaram  
54 com a aprovação das atas. Todas as conselheiras presentes aprovaram as  
55 referidas atas sem ressalvas. No item 2, a Vice-Presidente Viviane Marques,  
56 falou sobre a situação da gestante, cobradora de ônibus, colaboradora da  
57 empresa TURP. Viviane disse que ela recebeu inúmeras denúncias, reclamando  
58 sobre o tratamento que a empresa está tendo com esta colaboradora, que é a  
59 única gestante da empresa neste momento, e as condições de trabalho em que  
60 ela está sendo submetida, pode colocar em risco a gestação. De acordo com  
61 Viviane, a empresa alega que possui respaldo jurídico para não realocar a  
62 funcionária, pois isso abriria precedentes para outras funcionárias que ficarem  
63 gestante. A Conselheira Simone Izidio disse que a gestante emagreceu  
64 aproximadamente dez quilos, pois não conseguia cumprir suas refeições, e é por  
65 isso que as conselheiras deste Conselho está se mobilizando em prol desta  
66 colaboradora da empresa TURP. Simone disse, que há pouco tempo, essa  
67 gestante foi escalada para trabalhar na linha que liga o centro de Petrópolis à  
68 Posse, e que consegue ver o sofrimento desta mulher e solicita que o Conselho  
69 ajude esta funcionária, solicitando a empresa que a realoque para realizar suas  
70 atividades laborais dentro da empresa. A Conselheira Claudia Respeita sugeriu  
71 que seja solicitado um laudo do médico responsável pelo pré-natal, justificando  
72 que a mesma necessita ser readaptada em outra função neste período, citando  
73 exemplos de outras profissões, onde as mulheres necessitam de transferência  
74 de setor neste período. A Vice-Presidente Viviane Marques, disse que já foi  
75 solicitado este laudo, porém o médico que acompanha a gestante, disse que ela

76 está em perfeitas condições para a função, e sugeriu que seja feita uma carta  
77 em nome do Conselho, encaminhado à empresa, para que seja avaliado a  
78 situação da colaboradora que está gestante, e que se tenha um olhar  
79 diferenciado para as mulheres da empresa. Viviane falou que entrou em contato  
80 com a empresa, chegaram até realoca-la em outras funções, porém dias depois,  
81 voltaram coma funcionária para trabalhar na escala de ônibus. A Conselheira  
82 Karoline Cerqueira, sugeriu a criação de um Grupo de Trabalho no Whatsapp,  
83 para elaborar a carta. A Conselheira Thais Justen, sugeriu que alguma  
84 Conselheira se dispusesse a fazer esta carta e depois comunicasse ao conselho.  
85 Em resposta, a Conselheira Karoline Cerqueira disse, que neste caso, precisaria  
86 da aprovação do Conselho. A Conselheira Ayane de Souza, disse que esta carta  
87 poderia ser replicada coletivamente, para todas as empresas de transportes do  
88 município. O GT foi composto pelas Conselheiras Ângela Alcântara, Claudia  
89 Respeita, Marcia Schanuel e Simone Izidio. O item 3 da pauta, a apresentação  
90 do projeto Elas na Serra, foi realizado pela Vice-Presidente Viviane Marques que  
91 é integrante do projeto na Comunidade São João Batista. O objetivo do Projeto  
92 Elas na Serra, é trabalhar a conscientização contra a violência contra as  
93 mulheres nas comunidades, com Rodas de Conversas, abordando temas cobre  
94 a violência, o espaço da mulher na sociedade, e oficinas de artesanatos entre  
95 outras atividades. Viviane contou o relato de uma mulher que foi vítima de  
96 violência doméstica, porém não conseguiu aluguel social, pois ela não possuía  
97 documentos, e através do projeto, ela conseguiu se reerguer e ir morar na região  
98 dos lagos. Viviane mostrou em slides, fotos das oficinas de artesanato, com  
99 apoio e presença de algumas conselheiras deste Conselho, a oficina de tranças  
100 nagô com certificado de formação, Roda de Conversa com o Projeto Reage Mãe,  
101 levando informações para as gestantes que participaram da atividade, as rodas  
102 de conversa realizadas pelo CRAM, com o Projeto Mulheres em Movimento, foi  
103 oferecido também, um café da manhã para as mulheres que são atendidas pelo  
104 projeto, com a ajuda de mulheres do governo, entre outras ações que o projeto  
105 vem realizando. Ao final da sua apresentação, a Vice-Presidente Viviane  
106 Marques agradeceu ao CDDH, Reage Mãe, toda a sociedade civil, à todas as  
107 repartições do poder público e as conselheiras. O item 4 da pauta, A Vice-  
108 Presidente Viviane Marques disse que este ponto de pauta foi sugerido pela  
109 conselheira Sonia Furtado, sobre os crachás de identificação das conselheiras.  
110 A Conselheira Karoline Cerqueira disse que está sendo criado um projeto para  
111 a identificação das conselheiras, de todos os conselhos, através da Casa dos  
112 Conselhos, e com a criação da secretaria da mulher, o fundo terá serventia para  
113 a confecção do Crachá de identificação para as conselheiras, para estarem  
114 representando o conselho nos eventos e seminários. Aproveitando a pauta,  
115 Karoline disse que o Conselho estará enviando um ofício ao coordenador da  
116 Casa dos Conselhos, Tiago Ezequiel, solicitando resposta para a próxima  
117 reunião a respeito das passagens de ônibus para as conselheiras, porém  
118 Karoline explicou que esse processo requer um tempo de tramitação, pois faz-  
119 se necessário passar pelo setor administrativo do município, com prestação de  
120 contas, para justificar a passagem de ônibus para todos. O item 5 da pauta, a  
121 Conselheira Thaís Justen disse que em agosto comemora-se o aniversário da

122 Lei Maria da Penha, viu a necessidade de criar a Comissão Temporária para os  
123 eventos no mês de agosto, uma delas é o Agosto Lilás, que é uma programação  
124 para debater os direitos das mulheres e combate à violência contra as mulheres.  
125 Thaís falou sobre a programação realizada no ano de 2022, com apresentação  
126 no Centro de Cultura, e exposições artísticas, feitas pelas usuárias e a ação  
127 realizada na praça de Nogueira. A vereadora Julia Casamasso disse que no  
128 último mês foi realizado uma atividade sobre a ALAPE – Lei de Alienação  
129 Parental, a atividade foi no CEFET com a participação da conselheira Suelen  
130 Ribeiro e Suzana, pesquisadora da ALAPE, para combater a lei, pois ela tem  
131 sido usada para reverter a guarda das crianças para pais abusadores e violentos,  
132 e convidou o conselho a participar, manifestando o desejo de debater a prática  
133 desta lei no Conselho, podendo realizar atividades em agosto dentro do tema. A  
134 Conselheira Thais Justen disse que é fundamental que o Conselho participe  
135 desse debate e que seja incluído no Agosto Lilás, e que as conselheiras  
136 conheçam detalhadamente como funciona a rede municipal de enfrentamento à  
137 violência, para que possam orientar pessoas que desconhecem seus direitos,  
138 entendendo o papel de cada equipamento da rede. Thaís citou o curso mulheres  
139 em movimento, que em 2022 foi aberto uma turma somente para conselheiras e  
140 a adesão foi mínima. Thaís também falou que existem casos, onde é feito uma  
141 imagem distorcida da lei Maria da Penha, quando se trata de alienação parental,  
142 pois ela é julgada como vingativa, e tem um único objeto em afastar o pai, dos  
143 filhos, porém, de acordo com a Thaís, a partir de vários documentos, o caso  
144 acontece ao contrário, onde as mulheres são submetidas a continuar um círculo  
145 de violência, por ameaça de perderem a guarda dos seus filhos. A conselheira  
146 Ângela Alcântara perguntou o local do evento. Em resposta, a conselheira Thaís  
147 Justen disse que a apresentação tem a proposta de acontecer em vários lugares  
148 do município, mas que poderia ser marcado um primeiro momento com as  
149 conselheiras. A Conselheira Karoline Cerqueira sugeriu a criação de uma  
150 Comissão para o acompanhamento da Campanha do Outubro Rosa, um evento  
151 anual que acontece em outubro, e foi sugerido por Karoline, que desde já seja  
152 construído dentro do conselho, um envolvimento das conselheiras para a  
153 participação maciça neste evento. A Conselheira Ângela Alcântara disse que seu  
154 oncologista relatou que uma jovem com menos de 30 anos, veio a óbito com  
155 câncer de colo de útero e alertou sobre a importância da campanha de vacinação  
156 contra o HPV. A Comissão Temporária de organização para o Agosto Lilás, ficou  
157 composta pelas conselheiras Karoline Cerqueira, Roberta da Silva, Thais Justen  
158 e Viviane Marques. A Conselheira Ayane de Souza sugeriu a criação de uma  
159 única comissão para tratar de todos estes eventos no mês de agosto. A  
160 Conselheira Thais Justen disse que em agosto, o CRAM recebe muitos convites  
161 para a realização de palestras e rodas de conversa, e explicou que a demanda  
162 de cada comissão tem seus pontos de pauta individuais. A Conselheira Ayane  
163 de Souza disse o objetivo das comissões, é pensar nas propostas, elaborar  
164 pautas e apresentar na plenária, não sendo necessariamente, incumbência do  
165 CRAM, realizar as atividades. A Conselheira Cristiane Monteiro questionou se o  
166 Conselho dará conta de tanta atividade proposta, uma vez que existem várias  
167 datas relacionadas a mulher no mês de agosto. A Conselheira Karoline

168 Cerqueira perguntou, diante da sugestão da conselheira Ayane, quais das  
169 conselheiras presentes, concordavam em criar uma comissão temporária para  
170 cada evento, ou a criação de somente uma comissão. A maioria das  
171 Conselheiras, concordaram na criação de comissões temporárias distintas para  
172 atender cada tema de forma individual. A Conselheira Ayane de Souza disse que  
173 já existe uma dificuldade em montar e manter em funcionamento as comissões  
174 que já existem, e a criação de tantas outras, pode acabar sendo ineficaz. A  
175 Conselheira Ângela Alcântara disse que o CRAM tem grande importância para  
176 o município, e que uma comissão apenas, sobrecarregaria o equipamento. Livia  
177 Miranda sugeriu para a próxima reunião, que as secretarias apresentem as suas  
178 programações para o mês de agosto, para que o Conselho contemple as  
179 programações. A Vice-Presidente colocou em votação a proposta da criação das  
180 comissões, 5 (cinco) Conselheiras votaram a favor da criação de apenas uma  
181 comissão para o mês de agosto, 11 (onze) Conselheiras votaram a favor da  
182 criação de uma comissão para cada tema abordado no mês de agosto, com 4  
183 (quatro) abstenções dentre as representações presentes. A Comissão  
184 Temporária do Agosto dourado, que é uma campanha de amamentação, ficou  
185 composta pelas conselheiras Ângela Alcântara, Claudia Respeita, Marcia  
186 Schanuel e Viviane Marques. A Comissão Temporária do Outubro Rosa, ficou  
187 composta pelas conselheiras Karoline Cerqueira, Simone Izidio, Thais Justen e  
188 Viviane Marques. A Conselheira Thaís Justen fez um lembrete, de que em julho  
189 é comemorado o Dia da Mulher Negra, sugeriu a parceria com a Coordenadoria  
190 de Promoção à Igualdade Racial – COPIR. A Conselheira Karoline Cerqueira  
191 disse que provavelmente o COPIR vai provocar uma comissão, mas vê a  
192 importância do COMDIM estar nessa comemoração, falando também, do dia  
193 LGBTQIA+, para que o COMDIM esteja inserido nos eventos da visibilidade  
194 Lésbica, e quem sabe criar uma comissão para o debate desta pauta, falando  
195 das agendas e eventos para as mulheres lésbicas. Karine de Almeida, é  
196 coordenadora da casa da cidadania e disse acontecerá um festival no dia 28 de  
197 junho, que se trata da construção da militância LGBT, onde todos os artistas  
198 LGBT do município estarão participando desse evento, no Centro de Cultura,  
199 contando com o apoio do Instituto Municipal de Cultura. Karine disse que a  
200 coordenadoria da casa da Cidadania se coloca à disposição deste Conselho,  
201 para somar e construir esta pauta da visibilidade lésbica, onde já existe a ideia  
202 de criar uma agenda com todas as datas que envolvem a pauta, e inclusive,  
203 Karine falou do programa de atendimento realizado pela coordenadoria da casa  
204 da cidadania, para acolher os familiares da população LGBT. A Vice-Presidente  
205 Viviane Marques ressaltou a importância da participação da Sociedade Civil nos  
206 eventos propostos pelo governo, para que não fiquem somente na sugestão e  
207 apresentação de pauta, mas que se tenha também, presença e apoio nas  
208 divulgações. A Conselheira Karoline Cerqueira falou da Campanha Não é Não,  
209 e que a Assessoria de Comunicação Municipal – ASCOM, estava presente na  
210 reunião, para gravar um vídeo com as conselheiras, para falar da Campanha e  
211 fortalecer a divulgação na Bauerfest. Em Assuntos Gerais, item 6 da pauta,  
212 Daniela Freitas convidou a sra. Lorena Baptista, que trouxe para esta plenária  
213 um relato pessoal, na violação do seu direito em amamentar o seu filho. Lorena

214 se apresentou, dizendo que é advogada e faz parte da Comissão dos Direitos  
215 Humanos da Ordem dos advogados e contou que passou por um problema na  
216 Unidade Básica de Saúde - UBS do Quitandinha, para dar vacina ao seu filho,  
217 de dois meses, porém ao solicitar que pudesse amamentar seu filho durante a  
218 vacinação, este mesmo foi negado pelas profissionais que estavam praticando  
219 o atendimento. Lorena relatou, que desde a sua chegada a unidade, o  
220 atendimento não foi satisfatório e que este impedimento à amamentação fere a  
221 nota técnica do Ministério da Saúde nº 39/2021 e no manual de orientação de  
222 vacinação do SUS, tendo o seu direito negado, mesmo questionando o veto.  
223 Lorena lamentou o ocorrido, pois se sentiu extremamente acuada, sendo sua  
224 primeira gestação, repreendeu a forma brusca ao qual a vacina foi administrada  
225 em seu filho e também identificou que a profissional não fazia uso de luvas, não  
226 higienizou as mãos para higienização do material, e possuía unhas grandes.  
227 Lorena contou que isso gerou nela um sentimento de incapacidade, pois na  
228 oportunidade não conseguiu defender seu filho, e pede que providências sejam  
229 tomadas, para que não aconteça com outras mães também. Lorena elogiou o  
230 atendimento que recebeu no Hospital Alcides Carneiro, que vê uma política  
231 humanizada no atendimento, principalmente no período que esteve lá para o  
232 parto, onde disse que foi muito bem atendida com a realização do parto normal,  
233 a oportunidade de amamentar no momento da vacina de seu filho. A Conselheira  
234 Claudia Respeita lamentou o ocorrido e disse a central de atendimento das  
235 unidades básicas, recebeu outras reclamações e que a secretaria de saúde,  
236 atuou no caso, tomando providências em relação à equipe, dispensando as  
237 funcionárias contratadas e a funcionária estatutária, está sob supervisão em  
238 outro setor. A Vice-Presidente Viviane Marques, disse que fica muito feliz,  
239 quando recebe uma demanda dessa, e no mesmo dia poder ver que medidas  
240 foram tomadas para melhor atender a população. A Conselheira Cristiane  
241 Monteiro disse que passou por algumas questões parecidas, na sua primeira  
242 gestação, ressaltando o quão é importante, este ocorrido ter chegado até o  
243 conselho, pois ele dá voz à muitas mulheres e parabenizou a Conselheira  
244 Claudia Respeita, que trouxe rapidamente, resposta do caso, apresentando  
245 conclusão do caso. Cristiane falou que o Instituto Municipal de Cultura, está  
246 precisando, com a possibilidade de duas Leis que foram regulamentadas, a Lei  
247 Paulo Gustavo e a Lei Aldir Blanc, que irão fazer repasses para projetos culturais  
248 do município, e a ideia do Instituto Municipal de Cultura de levar capacitação  
249 para os bairros, para que a população possa saber elaborar projetos culturais e  
250 para que esses recursos que chegarão para o município, possam chegar nas  
251 pessoas que realmente produzem arte, seja artesanato, música, dança e todos  
252 os tipos de expressão artística. O Paulo Gustavo é muito voltado para a produção  
253 de áudio visual, mas a lei abrange todas as áreas e se trata de um recurso muito  
254 importante para a cultura e o Conselho Municipal de Cultura, deliberou que  
255 haverá um edital de linhas temáticas e dentro dessas linhas, haverá um edital  
256 específico de projetos propostos por mulheres, um edital para projetos de negros  
257 e negras, para LGBTQIA+, um edital específico para pessoas com deficiências,  
258 e concluiu sua fala dizendo que se houver interesse deste conselho, solicitar uma  
259 capacitação, ou nos bairros das conselheiras, onde já exista trabalhos

260 comunitários, para que a Cultura chegue até essas pessoas e leve a informação  
261 e a capacitação. A Conselheira Ângela Alcântara sugeriu a capacitação no  
262 auditório da Casa dos Conselhos, onde poderia ser feito a capacitando de  
263 diversos bairros ao mesmo tempo. Em resposta, Cristiane disse que no último  
264 mês, aconteceu uma capacitação na Casa dos conselhos, para 150 inscrições,  
265 que durou dois dias, com cerca de 80 pessoas por dia, e pode ser organizada  
266 uma capacitação para as conselheiras. A Conselheira Ayane de Souza trouxe  
267 um informe da Comissão de combate à Pobreza Menstrual, e propôs a  
268 apresentação do projeto de Lei Municipal o combate à Pobreza Menstrualna  
269 próxima reunião, fazendo as alterações necessárias, adequando ao Conselho e  
270 enviar para a Câmara, para aprovar esta lei municipal, e se existe algum retorno  
271 do Programa Nacional, pois é importante estar acompanhando e vendo de qual  
272 forma chegará ao município. Ayane também justificou que não estará na próxima  
273 reunião deste conselho, pois estará indo para o Congresso da União Nacional  
274 dos Estudantes, em Brasília – DF. Livia Miranda perguntou se já foi publicado ou  
275 resolvido a questão das vacâncias para as cadeiras da entidade de classe se  
276 existe algum posicionamento. A Conselheira Karoline Cerqueira respondeu que  
277 a sociedade civil pediu para resolver outras questões dentro de uma reunião da  
278 sociedade civil, que provavelmente acontecerá mais um edital de chamamento,  
279 pois ainda não houve inscrições para a vacância de Instituição de Ensino  
280 Acadêmico Superior e para a vacância de associação de moradores, somente a  
281 Associação de Moradores da Comunidade São João Batista se inscreveu. E  
282 quanto a dúvida da Livia, Karoline Cerqueira respondeu que foi deliberado em  
283 plenária, que servidoras públicas poderão ocupar cadeiras da Sociedade Civil,  
284 desde que sejam estatutárias ou celetistas, exceto quem possui função  
285 gratificada ou exerce cargo de confiança e que façam parte de algum movimento  
286 ou entidades. A Vice-Presidente Viviane Marques disse que o Conselho recebeu  
287 ofícios solicitando a substituição de Conselheiras, porém ainda não foi possível,  
288 pois aguarda-se a publicação das Conselheiras eleitas, em Diário Oficial. A  
289 Conselheira Thaís Justen falou da reunião da Comissão da Patrulha Maria da  
290 Penha, que aconteceu pela manhã, nesta data, no auditório do CRAM, que já  
291 existe uma lei criada, porém a Patrulha ainda não havia sido instituída, de acordo  
292 com Thaís, a guarda municipal trouxe um projeto para esta reunião, e definiu  
293 como importante a articulação da Guarda Municipal com o Poder Judiciário, para  
294 ter acesso as medidas protetivas que foram deferidas e indeferidas, para  
295 posteriormente se reunir com a Polícia Militar para ver qual órgão é responsável  
296 por qual tipo de violência, ou processo. Thais informou que a Patrulha Maria da  
297 Penha está atuando 24 horas por dia, e que sugere uma apresentação completa  
298 do projeto, nas próximas reuniões A GCM Subcomandante Magali Artis disse  
299 que a campanha “Não é Não” é muito importante, pois a experiência vivida pela  
300 patrulha nas ruas, durante a madrugada, em relação ao abuso contra a mulher,  
301 é muito grande o número de ocorrências. A Conselheira Simone Izidio falou que  
302 acompanhou a usuária Vanderléa na audiência, mulher esta que foi esfaqueada  
303 há três anos atrás, e solicitou que o CRAM acompanhe estes casos nas  
304 audiências, pois a vítima passou por muitos traumas e não consegue ir sozinha  
305 e além disso, Simone contou que Vanderléa está há dois anos esperando uma

306 tomografia e necessita tomar remédios controlados depois da agressão que  
307 passou. Simone disse que ela e a Conselheira Ângela ajudaram enquanto  
308 puderam e o quanto puderam, a esta mulher. A Conselheira Thaís Justen disse  
309 é muito importante este assunto ter sido citado aqui no conselho, para que possa  
310 ser esclarecido às conselheiras como funciona o serviço municipal deste  
311 equipamento, pois o Centro de Referência em Atendimento à Mulher, não são  
312 defensorias públicas, e é inviável que seja, pois o defensor público tem três  
313 prerrogativas, que são direitos que somente o defensor público tem. Thaís  
314 exemplificou que, se o defensor tentar falar com a pessoa que ele está  
315 assistindo, não se trata de um problema dele, já no CRAM, se não consegue  
316 contato com a usuária assistida, é um problema de todos, podendo até mesmo  
317 perder o seu registro na OAB, entre outras questões. Thaís ainda explicou que  
318 quando os Centros de Referencias foram criados, a finalidade era pensar na  
319 importância da orientação e acolhimento para a mulher vítima de violência e a  
320 Defensoria Pública foi criada para acompanhar os processos, e além do mais,  
321 comparando ao número de atendimentos realizados pelo CRAM, desde a sua  
322 criação, 5.110 mulheres, a maioria desses atendimentos geram processos, e  
323 eles duram anos, sendo inviável para o número de advogados que o Centro de  
324 Referência possui. E que neste caso especificamente, o CRAM atendeu esta  
325 mulher, receberam a informação de que o agressor havia sido preso, mas que  
326 informou para a usuária, que não seria possível assumir um processo de júri,  
327 que esta não é a função do CRAM e que o ideal, é que o COMDIM lute para que  
328 tenha uma Defensoria Pública da Mulher neste município. A Conselheira  
329 Cristiane Monteiro disse que em um outro momento, foi dito no Conselho há  
330 alguns anos atrás, que o CRAM havia feito 140 atendimentos em um ano, e que  
331 na época foi discutido que esse número era baixo diante de tantas denúncias, e  
332 que os dados trazidos por Thaís hoje, são mais expressivos, quando Thaís disse  
333 que até o momento o CRAM realizou 700 atendimentos este ano. Nada mais  
334 havendo a tratar, a Vice-Presidente Viviane Marques encerrou a reunião às vinte  
335 horas e quinze minutos, agradecendo a participação de todas. Essa ata segue  
336 lavrada e assinada por mim, Gisele Cristina de Paula Moreira, Secretária  
337 Executiva e pela Vice-Presidente, Viviane Marques.

---

**Gisele Cristina de Paula Moreira**  
Secretária Executiva do COMDIM

---

**Viviane Marques de Menezes Fidelis**  
Vice-Presidente do COMDIM